



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

ESTADO NUTRICIONAL DE ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL.

Lídia Maria Oliveira de Souza, Michelli Cristina Silva de Assis, Alexandre Ramos Lazzarotto
Centro Universitário La Salle – Canoas

Resumo

A obesidade pode estar relacionada à influência dos hábitos alimentares na infância. Dessa forma, é prudente investigar, no ambiente escolar, a ocorrência de excesso de peso e o consumo alimentar das crianças de escolas estaduais.

Palavras-chave: *obesidade, saúde escolar.*

Área Temática: PPG em Saúde e Desenvolvimento Humano.

1. Introdução

A nutrição humana estabelece a relação entre o homem e o alimento, apresentando influência direta com o estado de saúde dos indivíduos em todas as fases da vida (BARRANTES-MONTOYA et al., 2015).

O estado nutricional (EN) dos indivíduos é o equilíbrio entre a ingestão de alimentos e as necessidades de nutrientes diárias (RODRIGUEZ- ESCOBAR et al., 2015), sendo influenciado por fatores genéticos, ambientais, sociais, culturais e econômicos. A classificação do EN é fundamental para indicar as condições de saúde e qualidade de vida de uma população (BARRANTES-MONTOYA et al., 2015), pois permite conhecer a magnitude dos agravos nutricionais, através da identificação de grupos de risco, principalmente para doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias e outras (HAMACEK e NOBRE, 2009).

Neste contexto, a avaliação do estado EN na infância é de extrema relevância, pois o crescimento e o desenvolvimento, constituem processos dinâmicos, sendo imprescindível a atenção especial na alimentação e nutrição nessa faixa etária. Os hábitos alimentares iniciam na infância e apresentam estabilidade ao longo da vida, assim sendo, a aquisição de hábitos alimentares saudáveis desde a infância reverte em menor risco de desenvolver doenças na vida adulta (ARAÚJO et al., 2015).

Nas últimas décadas, estudos epidemiológicos revelaram uma transição de risco em decorrência de mudanças no perfil nutricional da população, caracterizada pela redução da prevalência de doenças infecciosas, declínio na ocorrência de desnutrição e aumento acelerado na prevalência de sobrepeso e obesidade, fato que vem preocupando as autoridades nacionais e profissionais da área da saúde (FAGUNDES et al., 2008; HAMACEK e NOBRE, 2009; REIS et al., 2011; FERREIRA et al., 2014).

Atualmente, a obesidade é considerada um desafio de saúde pública, representando uma ameaça para a qualidade de vida da população (MONDINI et al., 2007; ALVES et al., 2015). Grande parte dos casos ligados a obesos adultos receberam na infância a influência dos hábitos alimentares (FAGUNDES et al., 2008; ARAÚJO et al., 2015). Ressalta-se que a obesidade na infância predispõe a ocorrência de várias complicações de saúde na idade adulta, aumentando o risco de doenças, especialmente as doenças crônicas não transmissíveis e elevando o risco de morte prematura (MONDINI et al., 2007; REIS et al., 2011). Segundo Vitolo, (2008) uma criança



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

obesa aos 6 anos de idade apresenta 50% de chances de se tornar um adulto obeso, entretanto a obesidade na adolescência, confere chance de 70% a 80% (MARQUI-ALVES et al., 2011).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mundialmente, o número de crianças com excesso de peso aumentou de 32 milhões em 1990 para 42 milhões em 2013. Somente na África o número de crianças com excesso de peso aumentou de 4 para 9 milhões durante o mesmo período. Se as tendências atuais continuarem o número de crianças com excesso de peso em todo o mundo aumentará para 70 milhões em 2025 (World Health Organization, 2014).

No Brasil, a transição de um quadro de desnutrição infantil grave para uma epidemia de excesso de peso vem acontecendo de forma acentuada, conforme mostram as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2008 – 2009, nesse estudo foi feita a avaliação do EN da população de crianças de 5 a 9 anos de idade, sendo diagnosticado o déficit de peso em 4,1% das crianças com pouca variação entre os sexos, grupos de idade, regiões e domicílios urbano e rural, entretanto a prevalência de excesso de peso oscilou de 25% a 30% na região Norte e Nordeste, ou seja, mais do que cinco vezes a prevalência do déficit de peso, e de 32% a 40% nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste, ou seja mais do que dez vezes a prevalência do déficit de peso. O excesso de peso foi mais frequente no meio urbano do que no meio rural, em particular nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Na região Sul, especificamente, a prevalência do excesso de peso variou de 36,3% para os meninos e 35,5% para as meninas e a prevalência da obesidade foi de 16,7% para meninos e 16,2 % para as meninas (IBGE, 2010).

Estudo realizado em uma cidade serrana do Rio Grande do Sul, com escolares de 7 a 12 anos de idade encontraram uma prevalência de 27,9% de crianças com excesso de peso, sendo a prevalência de obesidade de 8% e sobrepeso 19,9%, resultados semelhantes encontrados nas cidades de Morro Reuter e Dois Irmãos, no interior do Rio Grande do Sul, 7,5% e 16,9% de obesidade e sobrepeso respectivamente (RECH et al, 2010).

As causas dessas modificações no perfil nutricional das crianças estão fundamentalmente ligadas ao estilo de vida sedentário e nos hábitos alimentares não saudáveis (BERNARDO et al., 2012), uma dieta com baixo consumo de frutas, vegetais e legumes (FAGUNDES et al., 2008) e rica em guloseimas, doces, salgadinhos industrializados, cachorro quente e refrigerantes (FERREIRA et al., 2014). A influência da industrialização, urbanização e globalização, apresentam-se como principal fator dessas mudanças.

A criança além da alimentação domiciliar tem o direito de consumir alimentação escolar fornecida gratuitamente pelas escolas públicas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecido pela lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que atende os alunos matriculados na educação básica da rede pública de ensino e abrange de forma integrada a oferta de refeições e a realização de ações de educação alimentar e nutricional, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento, para a aprendizagem e melhora do desempenho escolar, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis, abordando a alimentação como um ato pedagógico, educando a criança para que ela se torne um cidadão crítico, que saiba fazer escolhas adequadas e de forma responsável. Nesse contexto, a família e a escola exercem influência decisiva, entretanto a escola tem uma importante tarefa de educar sendo reconhecida como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis (SILVA et al., 2015; SOUSA et al., 2012).

Dessa forma, é prudente investigar, no ambiente escolar, a ocorrência de excesso de peso e analisar o consumo alimentar das crianças que frequentam as escolas da rede pública estadual de Porto Alegre, com vistas ao desenvolvimento de programas de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade infantil.

Este estudo tem por objetivo avaliar o estado nutricional, por meio de medidas antropométricas e do consumo alimentar dos alunos do ensino fundamental de escolas públicas estaduais sediadas no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

JUSTIFICATIVA



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Frente aos elevados índices de sobrepeso e obesidade infantil, no Brasil e no mundo, que configuram atualmente como um problema de Saúde Pública e a importância de estudos de avaliação do EN de crianças na faixa etária de 7 a 10 anos, visto que este é um período de grande desenvolvimento físico e mental, marcado por gradual crescimento, que antecede a adolescência, torna-se relevante estudar o EN dessas crianças, uma vez que são potencialmente receptivas às ações educativas, nessa faixa etária.

A escola é um ambiente propício a influenciar os hábitos alimentares de crianças na fase escolar e levando em consideração as Políticas de Promoção de Saúde criadas pelo governo, como o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa à integração e a articulação permanente da educação e da saúde e o Programa Mais Educação que corrobora com a permanência do aluno em turno integral, oferecendo inclusive refeições, durante o período que ela permanecer na escola, sendo orientado segundo o PNAE que visa assegurar uma alimentação equilibrada em quantidade e qualidade de nutrientes, torna-se relevante estratégias que visem avaliar o EN das crianças.

Nesse sentido, justifica-se a realização do presente estudo que visa avaliar o EN de escolares da rede pública estadual de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Avaliar o EN dos alunos do ensino fundamental, com idade de 7 a 10 anos, das escolas da rede pública estadual de Porto Alegre.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o peso e estatura dos alunos, segundo a idade e sexo;
- Avaliar a adiposidade central com base na medida da circunferência da cintura, segundo a idade e sexo;
- Correlacionar o consumo alimentar, as práticas de atividade física e os dados sócio-econômicos da família com o EN do aluno.

2. Marco Teórico

A obesidade infantil no Brasil

A obesidade é uma doença crônica, de etiologia multifatorial, caracterizada pelo aumento excessivo de gordura corporal, sob a forma de tecido adiposo, em consequência do balanço energético positivo. É uma doença que acarreta prejuízos à saúde dos indivíduos, com perda considerável na sua qualidade de vida, podendo gerar alto custo para a sociedade (FAGUNDES et al., 2008; ENES et al., 2010).

A obesidade tem sido descrita como um importante problema de saúde pública, assumindo caráter epidêmico e vem ganhando destaque no cenário mundial, em todos os países, em todas as camadas sociais e faixas etárias. (RECH et al., 2010; FERREIRA et al., 2015; MARCHI-ALVES et al., 2011).

As práticas alimentares inadequadas, sedentarismo, fatores genéticos e também condições sócio-econômicas e ambientais são alguns dos principais fatores amplamente discutidos na busca pela compreensão da obesidade (BERNARDO et al., 2012).

No Brasil, nos últimos anos, houve um aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade infantil e a diminuição da prevalência de desnutrição, caracterizando a transição nutricional (FAGUNDES et al., 2009; REIS et al., 2011; FLORES et al., 2013). A desnutrição, problema preocupante do século passado, teve sua ocorrência diminuída ao longo dos anos, apresentando



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

uma redução de mais de 50% no período de 1996 até 2007 (MONTEIRO et al., 2009), por outro lado o sobrepeso e a obesidade aumentaram de forma alarmante, principalmente na população infanto-juvenil (MARCHI-ALVES et al., 2011). Dados do ano de 2009 do IBGE, em pesquisa envolvendo escolares, em todas as capitais brasileiras, demonstraram que a obesidade e o sobrepeso foram os principais problemas nutricionais identificados. A prevalência da obesidade foi de 7,2%, sendo as maiores proporções evidenciadas em Porto Alegre com 10,5%, Rio de Janeiro e Campo Grande, cada uma com 8,9% (SOUZA et al., 2014).

Mondini et al. (2007), investigaram o estado nutricional de 1010 crianças que ingressaram na primeira série do ensino público do município de Cajamar, São Paulo, os dados encontrados mostraram uma prevalência de 17% de excesso de peso, sendo 10,8% apresentaram sobrepeso e 6,2% obesidade.

Prevalências de 16,5% de sobrepeso e 14,7% de obesidade foram verificadas em um estudo realizado por Fagundes et al. (2008), em uma amostra de 218 criança com idade de seis a quatorze anos provenientes de três escolas do município de Parelheiros, São Paulo. Entre os alunos com sobrepeso e obesidade (31,2%), o baixo consumo de frutas, verduras, legumes e o alto consumo de doces foram associados ao excesso de peso. A prática esportiva esteve ausente ou escassa em 81,3% dos obesos e 77,8% nos portadores de sobrepeso.

Bernardo et al. (2012), estudaram 1223 escolares de 7 a 10 anos do município de Florianópolis, em Santa Catarina, a prevalência de sobrepeso e obesidade foi de 36,2% nos meninos e 32,7% nas meninas.

Rosaneli et al. (2014), avaliaram 4609 crianças de ambos os sexos, com idade de seis a onze anos, pertencentes a 24 escolas públicas e particulares de Maringá, Paraná. A prevalência de excesso de peso entre os escolares foi de 24,5%, sendo que 16,9% apresentaram sobrepeso e 7,65% obesidade.

Ainda com o mesmo objetivo Ferreira et.al (2015), investigaram a prevalência de sobrepeso e obesidade em 199 crianças com idade de 8 a 10 anos, da rede privada de ensino de Divinópolis, em Minas Gerais, das quais 33,2% apresentavam excesso de peso, dos quais 19,1% apresentavam sobrepeso e 14,1% obesidade.

Melzer et al. (2015), através de um estudo em 36 setores censitários sorteados aleatoriamente na cidade de Santos, São Paulo, onde foram entrevistadas 357 famílias para aplicação de questionário e aferição de medidas antropométricas para a avaliação do acúmulo de gordura abdominal, em mães e crianças de três a dez anos, verificou-se que 30,5% das crianças e 64% das mães apresentaram acúmulo de gordura abdominal, fator de risco para doenças cardiovasculares e a distúrbios metabólicos que podem estar presentes já na infância.

Estudos demonstram que o sobrepeso e obesidade comprometem a saúde desde a infância, estendendo-se pela adolescência e idade adulta (RECH et al., 2010), (ENES et al., 2010; FLORES et al., 2013). Estima-se que no futuro haja mais adultos, que além de obesos, vão sofrer de doenças que tiveram origem na infância, como cardiopatias, hipertensão arterial, dislipidemias, diabetes tipo II e outras, pois a obesidade é fator de risco para as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), contribuindo para a elevação dos índices de morbimortalidade (MARCHI-ALVES et al., 2011; ARAÚJO et al., 2015; FERREIRA et al., 2015; FLORES et al., 2013). É importante ressaltar que a obesidade na infância predispõe a várias complicações psicossociais, podendo levar ao isolamento social e afastamento das atividades devido à discriminação e menor inserção da criança na sociedade (REIS et al, 2011).

Hábitos alimentares na infância

A formação dos hábitos alimentares é um processo que tem início desde o nascimento com as práticas alimentares introduzidas no primeiro ano de vida. Apresentam estabilidade a longo prazo e tendem a se manter por toda a vida. Múltiplos fatores sócio-ambientais e pessoais interagem para influenciar nos hábitos alimentares da criança, porém apresentam destaque a participação da família. Além da provisão dos alimentos, a família influencia as atitudes, preferências e valores relacionados ao consumo de alimentos (MASSARINA et al, 2015).



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

A população infantil é do ponto de vista psicológico, sócio-econômico e cultural, influenciada pelo ambiente onde vive, que na maioria das vezes é constituído pelo ambiente familiar. E quando o ambiente é desfavorável, o mesmo poderá propiciar condições que levam ao desenvolvimento de distúrbios alimentares, que uma vez instalados, poderão permanecer ao longo da vida. As evidências indicam que crianças tendem a preferir os alimentos que facilmente estão disponíveis em casa, preferindo alimentos que lhes são familiares. As refeições em família representam um importante evento, pois é um momento em que os pais podem transmitir informações sobre a alimentação para os filhos e incentivar o consumo de alimentos saudáveis (ROSSI et al, 2008).

A cultura alimentar consiste em hábitos, que são passados de geração a geração, que atualmente estão mudando por conta da modernização e urbanização, pois as pessoas estão abandonando os hábitos alimentares culturais, para consumir novos alimentos que são diariamente lançados na mídia. No mundo atual o que se tem em destaque são as refeições práticas, que utilizam os produtos industrializados, refeições fora de casa com aumento do consumo de bebidas adicionadas de açúcar, rica em gorduras, especialmente de origem animal, açúcar refinado, salgadinhos, biscoitos recheados, com um consumo de porções de alimentos cada vez maiores, ou seja, adoção de hábitos alimentares conhecidos como “ocidentais” (ENES e SLATER, 2010).

Mondini et al. (2007), investigaram o estado nutricional de 1010 crianças que ingressaram na primeira série do ensino público do município de Cajamar, São Paulo, encontraram como um dos principais fatores ao risco de sobrepeso e obesidade das crianças a frequência elevada de consumo de alimentos não saudáveis como refrigerantes, salgadinhos fritos, batata frita, sanduíche, salgadinhos em pacotes, bolacha recheada, balas, doces e chocolates.

Fagundes et al. (2008), em uma amostra de 218 crianças com idade de seis a quatorze anos provenientes de três escolas do município de Parelheiros, São Paulo, evidenciou entre os alunos com sobrepeso e obesidade (31,2%), o baixo consumo de frutas, verduras, legumes e o alto consumo de doces, ao quais foram associados ao excesso de peso.

Segundo os dados do IBGE- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, características negativas dos padrões de consumo alimentar foram o teor excessivo de açúcar, seja o açúcar de mesa ou o açúcar adicionado pela indústria aos alimentos processados, e o consumo insuficiente de frutas e hortaliças, evidenciados em todo o país e classes sociais. Nas regiões economicamente desenvolvidas como Sul, Sudeste e Centro-oeste e de modo geral no meio urbano, entre famílias com maior renda, além do consumo excessivo de açúcar e consumo muito baixo das frutas e hortaliças, foi evidenciado o consumo excessivo de gorduras, principalmente gorduras saturadas. Nota-se, ainda, que alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro como arroz, feijão e farinha de mandioca, perdem importância, enquanto cresce a participação de alimentos processados prontos para o consumo como pães, embutidos, biscoitos, refrigerantes e refeições prontas (IBGE-2010).

O papel da escola na promoção da educação alimentar e nutricional

Além da família a escola possui papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilo de vida dos alunos, pois é um local de intenso convívio social e propício para atividades educativas, tornando-se um espaço privilegiado para a implantação de ações de promoção de saúde (SILVA et al, 2015).

A escola, além de transmitir conhecimentos deve também educar e desenvolver valores que promova autonomia e empoderamento na manutenção da saúde, pois o estímulo de hábitos saudáveis durante a infância é relevante, uma vez estabelecidos nesta etapa da vida, têm grandes chances de perpetuarem até a vida adulta. Os professores têm papel protagonista na realização de intervenções educativas, representam um importante canal de comunicação e informação, servindo de referência de conhecimentos e comportamento para o aluno, gerando mudanças positivas desenvolvendo atitudes saudáveis, principalmente na alimentação (SOUZA et al 2012).



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Nesse contexto, o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional voltadas para a construção de hábitos alimentares saudáveis com práticas educativas que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente saudáveis e sustentáveis, permite aos alunos aprender a fazer escolhas alimentares adequadas e de forma responsável (SILVA et al, 2015; SOUZA et al., 2012).

A educação alimentar e nutricional (EAN) constitui uma estratégia preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição. O interesse pelo tema no Brasil surgiu na década de 1950, através da Campanha da Merenda Escolar, onde as crianças passaram a receber alimentação no período que estavam estudando. O nome dessa campanha foi modificado em 1979 para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido, popularmente, como merenda escolar, é o mais antigo programa social do governo federal. O PNAE foi reformulado ao longo dos anos e apresenta, atualmente, entre seus objetivos a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos por meio de ações de EAN. É um programa universal e tem como objetivo atender às necessidades nutricionais de todos os alunos da rede pública, independente da condição social, raça, cor, etnia e religião, durante o período em que se encontram na escola, a fim de contribuir para o desenvolvimento, aprendizagem adequada e melhora do rendimento escolar do aluno. A alimentação servida na escola deve atender a todos, sem discriminação, buscando o princípio da equidade, onde todos os alunos são iguais, apenas observando as necessidades especiais, ou seja, alunos que apresentam alguma enfermidade e necessitam de alimentação especial (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015; MOTA et al., 2013).

No PNAE o nutricionista é o profissional habilitado a promover a saúde na escola através da alimentação, assumindo a responsabilidade técnica, devendo acompanhar desde a aquisição dos alimentos até a sua distribuição ao aluno. Interagindo com os professores, funcionários, alunos e pais, fazendo uma associação entre a educação, a nutrição e a saúde, promovendo, dessa forma, a alimentação saudável no ambiente escolar.

3. Metodologia

Delineamento

Trata-se de um estudo transversal descritivo. A população de estudo será de alunos de 7 a 10 anos de idade, do ensino fundamental de 1ª a 4ª série de escolas da rede pública estadual de Porto Alegre.

Caracterização e seleção dos participantes

Primeiramente, será solicitado junto a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul a autorização para o desenvolvimento da pesquisa, nas escolas da rede pública estadual de Porto Alegre. As escolas serão selecionadas por meio de amostragem. Nas escolas sorteadas serão incluídos todos os alunos matriculados no ensino fundamental, com idade de 7 a 10 anos, no ano de 2016. Os sujeitos da pesquisa serão avaliados, somente após apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo seu representante legal, bem como o questionário sócio-econômico preenchido.

Serão excluídos do estudo os alunos com necessidades especiais ou portadores de alguma patologia, que estejam impossibilitados de realizarem as medidas antropométricas, como por exemplo, uso de aparelho gessado ou cadeirante.

Instrumentos de coleta de amostra

A coleta dos dados será realizada pelo pesquisador no interior das escolas e em sala reservada, onde cada aluno será avaliado individualmente.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Primeiramente, a pesquisadora preencherá uma ficha com as informações pessoais, coletará os dados antropométricos e posteriormente será aplicado o Questionário Alimentar do dia Anterior - QUADA, Questionário de Atividade Física do Dia Anterior – QUAFDA, questionário do hábito de assistir televisão e uso de computador e finalmente o questionário de aceitação da merenda escolar.

O Questionário Alimentar do Dia Anterior, QUADA – 3 (ASSIS et al., 2009) e o Questionário de Atividade Física do Dia Anterior, QUAFDA – 3 (CABRAL et al., 2011) são instrumentos validados e indicados para avaliar, respectivamente, comportamento alimentar e atividade física de crianças de sete a dez anos, trata-se de questionários estruturados com base nas escolhas de alimentos e atividades dos escolares no dia anterior.

A coleta das medidas antropométricas será realizada na seguinte ordem, inicialmente a aferição do peso, estatura, circunferência da cintura.

As variáveis para as medidas antropométricas a serem coletadas são: Idade - número de anos concluídos à data das medições; Peso - em quilogramas; Estatura - em centímetros; Sexo - masculino ou feminino; Circunferência da cintura - em centímetros; Índice de Massa Corporal (IMC) – valor obtido pela divisão do peso, em quilogramas, pelo quadrado da estatura, em metros.

As crianças serão pesadas com roupas leves, sem sapatos, em balança eletrônica de plataforma de marca Marte, com precisão de 100 g., com capacidade de 150 kg. sendo considerado o valor em quilogramas. A estatura deverá ser verificada imediatamente a seguir do peso, através de um estadiômetro marca Sanny. O valor da estatura será registrado em centímetros.

A circunferência da cintura deverá ser usada uma fita graduada em milímetro, de material flexível, mas não extensível. A medição deverá ser obtida em pé, sobre a pele, no final de uma expiração normal, com fita métrica na horizontal, ao nível das cristas ilíacas. A circunferência da cintura será classificada segundo Freedman e cols.

O IMC será classificado através das curvas de crescimento da OMS, 2007.

O nível sócio-econômico será avaliado através do questionário de classificação sócio-econômica da Associação Brasileira de Empresa de Pesquisa (ABEP), que utiliza o critério de classificação econômica do Brasil levando em conta a escolaridade do chefe da família, acesso a serviços públicos, como água encanada e pavimentação e uma série de bens de consumo. O somatório de pontos entre as questões gera uma classificação sócio-econômica (Anexo 3).

Cálculo da amostra

Para o cálculo do tamanho de amostra utilizou-se dados de prevalência de obesidade em crianças acima de 5 anos do estudo de Bernardo (2012), de que 30% apresentava sobrepeso/obesidade. Estimando-se que na população a ser estudada a diferença seja de até 5%, a um nível de significância de 5%, haveria a necessidade de incluir 323 indivíduos com um poder de 80% por meio do Software WinPEPI.

Análise dos dados

Variáveis contínuas com distribuição normal serão expressas como média \pm desvio padrão e variáveis categóricas serão expressas como percentuais. A normalidade dos dados será verificada através do teste de Shapiro-wilk. Comparações entre a avaliação do estado nutricional e consumo alimentar segundo idade e sexo serão avaliadas através do teste Qui-quadrado de Pearson ou teste exato de Fischer para variáveis categóricas. Um valor de P bicaudal menor que 0,05 será considerado estatisticamente significativo. Os dados serão tabulados em planilha de dados Excel e analisados pelo pacote estatístico SPSS versão 18 para Windows.

4. Considerações Finais



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

A obesidade infantil, por tratar-se de um problema de saúde pública, requer estratégias inseridas no contexto escolar que possam corroborar na diminuição deste desfecho em saúde. Portanto, o projeto de pesquisa proposto, que tem origem em um mestrado profissional, poderá auxiliar os educadores na identificação da prevalência da obesidade infantil e na frequência de maus hábitos alimentares entre os escolares. O produto social deste projeto propõe a adoção de melhores hábitos de vida e conseqüentemente à prevenção e redução da obesidade infantil.

Referências

ALVES, José et al. Avaliação antropométrica da população escolar do concelho de Boticas. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, Lisboa, v. 31, n. 2, p. 134-140, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v31n2/v31n2a09.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ARAUJO, Sandra Rodrigues et al. Cumprimento de capitações escolares no distrito de Viana do Castelo: avaliação 2009/2012. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**. Lisboa, v. 33, n. 2, p. 148-156, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpsp/v33n2/v33n2a04.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ASSIS, Maria Alice Altenburg de et al. Validação da terceira versão do Questionário Alimentar do Dia Anterior (QUADA-3) para escolares de 6 a 11 anos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1816-1826, aug. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n8/18.pdf>>. Acesso em: 04 June 2016.

BARRANTES-MONTOYA, Azálea et al. Análisis comparativo del estado antropométrico y el perfil sociodemográfico de la población escolar del distrito San Juan del cantón La Unión, a lo largo del periodo 2005-2009. **POBLACION AND SALUD MESOAMÉRICA-PSM**, San Pedro, v. 13, n. 1, p. 1-19, dec. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.sa.cr/pdf/psm/v13n1/a01v13n1.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

BERNARDO, Carla de O. et al. Fatores associados ao estado nutricional de escolares de 7 a 10 anos: aspectos sociodemográficos, de consumo alimentar e estado nutricional dos pais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 651-661, sept. 2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v15n3/18.pdf>>. Acesso em: 04 June 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília, DF, 2015. 2ª edição. Disponível em: <file:///C:/Users/Jupiter/Downloads/pnae_cartilha_2015.pdf>. Acesso em: 05 de June 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual operacional para professores de saúde e educação - Promoção da Alimentação Saudável nos Estados. Brasília, DF. 2008, 152p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf> Acesso em: 05 June 2016.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial [da] República do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

CABRAL, Luciane Gatto de Azevedo; COSTA, Filipe Ferreira de; LIPAROTTI, João Roberto. Evidências preliminares de validade da seção de atividade física do Questionário de Atividade Física e Alimentação do Dia Anterior (QUAFDA). **Revista Brasileira Atividade Física Saúde**. v.16, n.2, p.100-106, 2011



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

ENES, Carla Cristina; SLATER, Betzabeth. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 163-171, mar. 2010 . Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v13n1/15.pdf>> . Acesso em: 04 June 2016.

FAGUNDES, Anna Luiza N. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da região de Parelheiros do município de São Paulo. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 212-217, Sept. 2008. <<http://www.scielo.br/pdf/rpp/v26n3/03.pdf>>. Acesso em: 04 June 2016.

FERREIRA, J. T.; LEMOS, J.; BOSCO, S. M. D. ADAMI, F. S. FEEDING IN SCHOOL AND NUTRITIONAL STATUS OF ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**. Saúde, Fortaleza, v. 27, n. 3, jul./set., p349-356, 2014.

FERREIRA, Silvana Diniz et al. Prevalência e fatores associados ao sobrepeso/obesidade e à hipertensão arterial sistêmica em crianças da rede privada de ensino de Divinópolis/MG. **Caderno de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 289-297, sept. 2015 . Disponibilidade em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n3/1414-462X-cadsc-23-3-289.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

FLORES, Larissa S. et al. Tendência do baixo peso, sobrepeso e obesidade de crianças e adolescentes brasileiros. **Jornal de Pediatria** (Rio de Janeiro), Porto Alegre, v. 89, n. 5, p. 456-461, oct. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v89n5/en_v89n5a07.pdf>. Acesso em: 05 June 2016.

HAMACEK, Fabiana Rossi; NOBRE, Luciana Neri. Caracterização do estado nutricional, condições socioeconômicas e alimentares de uma comunidade rural no Alto Vale do Jequitinhonha – MG. **Comunicação em Ciências Saúde**. v. 20, n. 1, p.45-54. 2009. Disponível em: <http://dominioprovisorio.tempsite.ws/pesquisa/revista/2009Vol20_1art05caracterizacao.pdf>. Acesso em: 05 June 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. 2008-2009. Antropometria e Estado Nutricional da Criança, Adolescente e Adulto no Brasil. R.J., 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000108.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

MARCHI-ALVES, Leila Maria et al. Obesidade infantil ontem e hoje: importância da avaliação antropométrica pelo enfermeiro. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 238-244, june 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v15n2/v15n2a04.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

MASSARANI, Fábila Albernaz et al . Agregação familiar e padrões alimentares na população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 12, p.2535-2545, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n12/en_0102-311X-csp-31-12-2535.pdf>. Acesso em: 05 June 2016.

MELZER, Matheus, Ribeiro Theodósio Fernandes; ISABELLA, MAGRINI, Magrini Mastrangi; SEMÍRAMIS, DOMENE, Martins Álvares e MARTINS, Paula Andrea. Fatores associados ao acúmulo de gordura abdominal em crianças. **Revista Paulista de Pediatria**. v. 33, n. 4, dec. 2015, p. 437-444. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n4/pt_0103-0582-rpp-33-04-0437.pdf> Acesso em: 05 June 2016.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

MONDINI, Lenise et al. Prevalência de sobrepeso e fatores associados em crianças ingressantes no ensino fundamental em um município da região metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1825-1834, aug. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n8/09.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

MOTA, Cristiane Herbst; Mastroeni, SALETE de Barros Silva and MASTROENI, Marco Fabio. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 94, n. 236, p. 168-184, jan./abr. 2013, Brasília, DF, 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/09.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 35-43, Feb. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/en_498.pdf> Acesso em: 05 June 2016..

RECH, Ricardo Rodrigo et al. Prevalência de obesidade em escolares de 7 a 12 anos de uma cidade Serrana do RS, Brasil. **Revista brasileira de cineantropometria e desenvolvimento humano**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 90-97, Apr. 2010.

REIS, Caio Eduardo G.; VASCONCELOS, Ivana Aragão L.; OLIVEIRA, Odeth Maria V. Panorama do estado antropométrico dos escolares brasileiros. **Revista paulista de pediatria**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 108-116, Mar. 2011.

RODRIGUEZ-ESCOBAR, Gilma et al. Relación entre el estado nutricional y el ausentismo escolar en estudiantes de escuelas rurales. **Revista de Salud Pública, Bogotá**, v. 17, n. 6, p. 861-873, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v17n6/v17n6a04.pdf>>. Acesso em: 04 June 2016.

ROSANELI, Caroline Filla et al. Aumento da Pressão Arterial e Obesidade na Infância: Uma Avaliação Transversal de 4.609 Escolares. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. São Paulo, v. 103, n. 3, p. 238-244, Sept. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/abc/v103n3/0066-782X-abc-20140104.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília Addison Machado; RAUEN, Michelle Soares. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 21, n. 6, p. 739-748, Dec. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21n6/a12v21n6.pdf>>. Acesso em: 05 June 2016.

SILVA, Dayanne Caroline de Assis et al. Perception of adolescents on healthy eating. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3299-3308, Nov. 2015.

SOUSA, Arilson Fernandes Mendonça de; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé; REZENDE, Alexandre Luiz Gonçalves de. Estratégias de capacitação de professores do ensino fundamental em atividade física e alimentação saudável. Motriz: **Revista de Educação Física**. Rio Claro, v. 18, n. 3, p. 581-589, Sept. 2012 ..

VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição da Gestação ao Envelhecimento. Rio de Janeiro, Editora Rubio, 2008, 628p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Commission on Ending Childhood Obesity. Facts and figures on childhood obesity. Last update: 29 October 2014 13:25 CET. Disponível em:<<http://www.who.int/end-childhood-obesity/facts/en/>>. Acesso em: 05 June 2016.